



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS (CCI)
CURSO TECNÓLOGO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

Sirlene Oliveira Lessa

Resenha da obra: governança cooperativa em cooperativas de crédito brasileiras

Araguaína- TO

2022

Sirlene Oliveira Lessa

Resenha da obra: governança cooperativa em cooperativas de crédito brasileiras

Resenha apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Costa da Fonseca

Araguaína- TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48r Oliveira Lessa, Sirlene .

Resenha da obra: governança cooperativa em cooperativas de crédito brasileiras / Sirlene Oliveira Lessa. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2022.

13 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Gestão de Cooperativas)
-- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Costa da Fonseca .

1. Cooperativas financeiras. 2. Governança. 3. Revisão de literatura.

CDD 334

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Sirlene Oliveira Lessa

Resenha da obra: governança cooperativa em cooperativas de crédito brasileiras

Resenha apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Costa da Fonseca


Aprovado em 14/02/2022

Banca examinadora


BRUNO COSTA DA
FONSECA:1103410
0670

Assinado de forma digital
por BRUNO COSTA DA
FONSECA:11034100670
Dados: 2022.04.27
11:56:22 -03'00'

Orientador Prof. Dr. Bruno Costa da Fonseca

Documento assinado digitalmente
 ROSENI APARECIDA DE MOURA
Data: 27/04/2022 15:21:31-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Roseni Aparecida de Moura

Documento assinado digitalmente
 RENATA RAUTA PETARLY
Data: 27/04/2022 14:38:20-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Renata Rauta Petarly

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma resenha do livro: “*Governança Corporativa em Cooperativas de Crédito Brasileiras*”, escrito por Edgard Gonçalves da Costa. O estudo analisa como o cooperativismo vem crescendo na colaboração da vida econômica nos países em grau mundial, uma vez que este cooperativismo busca meios para o equilíbrio no desenvolvimento do exercício econômico. O objetivo é compreender como a delegação por meio da governança cooperativa pode ajudar na resolução de conflitos presentes nas cooperativas de créditos, ora chamadas de cooperativas financeiras. O estudo resenhado foi desenvolvido com base na bibliografia especializada sobre o tema. Por meio de pesquisas feitas pelo próprio autor, conseguiu-se obter os resultados inerentes as reflexões sobre os temas governança corporativa e conflito de agência. Conclui-se que no contexto da modernidade tardia, a ausência de divulgação das regras de governança acaba por proporcionar conflitos entre os agentes, haja vista que ainda existe preconceito cultural quando se trata de delegação de tarefas por superiores. Todavia, há de se considerar que os serviços prestados pelos gerentes, devem demonstrar confiança mesmo que apresente falhas, uma vez que as agências tendem a depender unicamente de uma pessoa, mas com o auxílio da governança corporativa, essas falhas tendem a diminuir.

Palavras-chave: Cooperativismo. Cooperativas financeiras. Governança. Revisão de literatura.

ABSTRACT

This paper is a review of the book "*Corporate Governance in Brazilian Credit Cooperatives*", written by Edgard Gonçalves da Costa. The study analyzes how cooperativism has been growing in its contribution to the economic life of countries on a global scale, as it seeks ways to balance the development of economic activities. The objective is to understand how delegation through cooperative governance can help resolve conflicts within credit cooperatives, also known as financial cooperatives. The reviewed study was developed based on specialized literature on the subject. Through research conducted by the author, results were obtained regarding reflections on corporate governance and agency conflict. It is concluded that, in the context of late modernity, the lack of disclosure of governance rules leads to conflicts between agents, given that cultural prejudice still exists when it comes to task delegation by superiors. However, it must be considered that the services provided by managers should inspire trust, even if they present flaws, as agencies tend to rely solely on one person. Nevertheless, with the support of corporate governance, these flaws tend to decrease.

Palavras-chave: Cooperativism. Financial cooperatives. Governance. Literature review.

SUMÁRIO

1 RESENHA	08
1.1 Resenha: COSTA, Edgard Gonçalves da. Governança Corporativa em Cooperativas de Crédito Brasileiras . Curitiba: Appris, 2019. 147p.....	08
REFERÊNCIAS	13

1 RESENHA

1.1 Resenha: COSTA, Edgard Gonçalves da. **Governança Corporativa em Cooperativas de Crédito Brasileiras**. Curitiba: Appris, 2019. 147p

O livro *Governança Corporativa em Cooperativas de Crédito Brasileiras*, escrito pelo administrador Edgard Gonçalves da Costa¹ e publicado no Brasil em 2019, traz o resultado de algumas pesquisas sobre cooperativas de crédito, por meio de entrevistas com associados e colaboradores. A escolha dessa obra se deu pelo motivo de que o seu objetivo consistiu em lançar um olhar crítico acerca do processo de tomada de decisões nas cooperativas de crédito, bem como buscar entender os conflitos presentes nas cooperativas, sendo este tema bastante comentado durante a formação do curso, de modo que trazer essa problemática é de grande significância para o fomento da sociedade interessada. Essa obra contém cinco capítulos: I) o primeiro, trata sobre o cooperativismo de modo mais geral; II) o segundo aborda a governança cooperativista; III) o terceiro se refere às investigações *in loco* nas cooperativistas; IV) no quarto, o autor traz a abordagem da metodologia utilizada na obtenção dos dados para o livro; V) e, por fim, a apresentação da análise dos resultados das pesquisas.

No primeiro capítulo, o autor explica o que significa cooperativismo em e, logo após, narra um pouco sobre o movimento cooperativista de modo mais geral. Assim, o cooperativismo nada mais é que a busca por uma solução para o desenvolvimento no exercício econômico, a fim de privilegiar tanto o sujeito quanto a coletividade, vez que esse cooperativismo se trata de um conjunto de pessoas buscando objetivos comuns. Logo, para o autor, ao contrário do Estado e o seu déficit na gestão pública em relação aos recursos dos colaboradores, para o desenvolvimento econômico das cooperativas, a participação da coletividade é essencial para o seu funcionamento, pois a sua preocupação se dá pelo empenho para a melhoria na qualidade de vida dos seus associados.

Outro ponto importante é que, no que tange às agências, tem-se que estas dependem do gestor para tomada de deliberações e isso pode ser bom ou ruim. Explorando esse segundo ponto, pode-se dizer que por depender unicamente de um dirigente, pode ser que algumas

¹ Edgard Gonçalves da Costa possui Mestrado em Administração (2015), pelo Centro Universitário Unihorizontes de MG. Especialização em Gestão Estratégica/Finanças (2005), Especialização em Contabilidade Pública (2010), Graduação em Administração (2016) e Graduação em Ciências Contábeis (2001), cursos realizados na Universidade Federal de Minas Gerais. Possui experiência profissional em cargos técnicos e gerenciais nas áreas orçamentária, financeira, controle e contábil. Atuou profissionalmente, sem vínculo empregatício, como auditor externo de órgãos públicos e em escritório de contabilidade. Atualmente, exerce a função de agente de Governança e Compliance/Assessor da Diretoria de Administração e Finanças.

decisões acabem não sendo tomadas corretamente e terminar por prejudicar a cooperativa, por exemplo, na sua sustentabilidade financeira. No entanto, não somente o lado do gerente tem que ser observado, mas também a falta de regras de governança, que podem lesar a agência e, principalmente, as cooperativas financeiras, visto que estas alicerçam-se em ajuda mútua, como um dos seus diversos valores. Logo, o comprometimento não só atinge os colaboradores, como também os seus clientes, visto que estes esperam de sua agência responsabilidade para cuidar de seus ativos.

Assim, prejudicar não é uma opção que deva ser escolhida quando se trata de atendimento ao público, mas sim o desenvolvimento da atividade econômica, bem como a inclusão social e a responsabilidade. Conforme expõe Costa “[...] a tendência atual do movimento cooperativista é trazer as questões sociais e a solidariedade para dentro da discussão do capital como fatos de produção” (2019, p. 16), visto que as cooperativas têm a facilidade em captar associados de várias classes sociais.

A demanda por um projeto de governança dentro das organizações, no Brasil, vem aumentando cada vez mais, pois, se analisarmos em como a iniciativa privada está respaldada na ideia de que o empreendedor gera seu lucro através de riscos que se submete, este não terá qualidade de vida alguma, pois estará sempre preocupado em gerar lucros e, conseqüentemente, se arriscando para garanti-los. Logo, para a coletividade as cooperativas financeiras apresentam-se como uma outra opção frente a iniciativa privada, como aponta Costa “[...] as cooperativas de crédito ocupam a 6ª posição no ranking das maiores instituições financeiras do país” (2019, p. 16), ou seja, os empreendimentos coletivos que se voltam para o crédito reúnem milhares de cooperados.

Devido à grande demanda na procura por essas cooperativas de créditos, os conflitos também vem crescendo, pois “[...] quanto mais difusa a estrutura de propriedade e quanto maior o número de cooperados, maior a probabilidade de que os direitos de controle e, conseqüentemente, o acompanhamento da gestão sejam delegados a outros membros” (Costa, 2019, p. 18), uma vez que nem todos os colaboradores possuem nível de intelecto igualado, e/ou os seus interesses e objetivos dentro da organização podem ser diversos. Diante desses conflitos surge a governança corporativa, que nada mais é do que a distribuição e delegação de poderes na gestão societária priorizando a sustentabilidade do negócio, quais sejam as preocupações com os agentes envolvidos nos negócios, através do uso da autoridade e de uma boa governabilidade, isto é, “[...] os mecanismos ou os princípios da governança corporativa minimizam os problemas das agências” (Costa, 2019, p. 23).

Com isso, a governança atua na preservação dos direitos legais das partes, contribuindo para que o desejo de um não se sobressaia sobre o desejo do outro, de modo que “[...] busca-se assegurar que investidores não controladores tenham à sua disposição mecanismos para limitar a expropriação” (Costa, 2019, p. 26). Assim, através de estratégias que visam esclarecer as incertezas dos clientes, as informações sobre a governança corporativa são consideradas melhores fazendo com que impulse as relações e negociações dentro da gestão.

De forma mais resumida, a governança corporativa trata-se de uma estrutura de gestão que tem por intuito a organização e transparência nas informações para com os acionistas da cooperativa de crédito que, por meio da delegação, faz com que mais pessoas empreendam e gerem mais lucro/sobras e, conseqüentemente, aumentem o valor da sociedade, fazendo com que esta seja mais responsável.

Já no segundo capítulo, aborda-se mais profundamente a governança cooperativista, mais precisamente em instituições financeiras, bem como em cooperativas de crédito. Assim, tem-se a governança corporativa para com as instituições financeiras, que não é tão bem vista, pois “[...] uma perturbação nos bancos pode comprometer todas as outras entidades do sistema” (Costa, 2019, p. 28) e mesmo que o sistema tenha sobrevivido às crises econômicas, o exercício da prática da governança pouco se tem presente no país, visto que há diversos impedimentos para a adesão dessa prática, como, por exemplo, a resistência cultural. Devido a essa barreira, a governança é o principal motivo das falências de instituições financeiras, visto que os problemas “[...] evidenciaram pouca participação efetiva de conselheiros no monitoramento da gestão financeira, fragilidade de prestação de informações e de controle externo e mecanismos salariais aos executivos” (Costa, 2019, p. 30).

Menciona-se, ainda, a governança corporativa em cooperativas de créditos que, diferentemente das instituições financeiras (que há entraves para a adoção da prática), consideram mecanismos e diretrizes que fortalecem essa governança sendo regulada, inclusive, pela Lei Complementar nº 130/2009. Para a promoção de mais transparência e, conseqüentemente, alcançar melhor aplicação, estes mecanismos incluem uma dinâmica mais envolvente com os acionistas. Logo, as cooperativas de créditos visam a contenda ao desemprego e a formação diversa de desenvolvimento, ou seja, “[...] se inserem nessa visão da economia participativa e de sua proposta de consecução de alternativas à economia capitalista” (Costa, 2019, p. 32).

Assim, importa ressaltar que as organizações cooperativas se diferem das demais, uma vez que o dono do negócio é também cliente e fornecedor, sempre levando-se em consideração

a autonomia dos indivíduos, de modo que “[...] certamente pode contribuir para a redução da desigualdade e uma distribuição mais equilibrada da riqueza do país” (Costa, 2019, p. 35).

No Brasil consta que o primeiro regulamento para o sistema cooperativo se deu por meio do Decreto nº 169-A/1890, todavia, foi somente em 1907, através do Decreto Legislativo nº 1.637, que se teve a primeira diretriz para regular o seu funcionamento. De modo que “[...] o objetivo final desse tipo de cooperativa seria a concessão de crédito e a prestação de serviços financeiros mais vantajosa, quando comparadas aos bancos e financeiras” (Costa, 2019, p. 38). Para que a governança seja aprovada pela assembleia geral, é necessário que seja tratada em tópicos como a representatividade, educação cooperativista, dentre outras. Sobre as perspectivas atuais do cooperativismo no Brasil e no mundo, relata Costa que “[...] a tendência atual do movimento cooperativista mundial é travar uma discussão do capital como fator de produção, respeitando a dimensão social e a solidariedade” (2019, p. 39).

Entretanto, no Brasil, o que impede mais ainda o crescimento nesse ramo é o aprimoramento na administração, uma vez que “[...] os processos educacionais, para serem mais efetivos, devem permitir a adequada participação do associado na cooperativa” (Costa, 2019, p. 42), assim sendo, um fator que poderá aumentar a credibilidade se dá pela melhoria na governança corporativa. No que tange ao resto do mundo, no que diz respeito à comunidade cooperativista, tem-se que no topo da lista está a Índia com aproximadamente 241 milhões de cooperados, seguida da China com cerca de 160 milhões e, por essa razão, “[...] o ano de 2012 tornou-se especial para o cooperativismo mundial, tendo sido declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional das Cooperativas” (2019, p. 43).

No que se refere aos conflitos de agências em cooperativas de créditos tem-se que “[...] as características peculiares das cooperativas geridas pelos proprietários parecem sugerir que estaria afastando o problema de agência na relação entre proprietário e gestores” (Costa, 2019, p. 47), ou seja, precisa-se de mais maturidade, valores e princípios por parte de cada qual, uma vez que o único objetivo é o êxito grupal, pois “[...] o benefício e o valor produzido por uma cooperativa são revertidos para seus proprietários/associados por meio das relações entre cooperados e a cooperativa” (Costa, 2019, p. 49). Soluciona-se esses conflitos, com a responsabilidade e comprometimento entre os colaboradores e agências.

No terceiro capítulo o autor expõe suas investigações em cooperativas, nomeando uma de Cooperativa Alfa e a outra de Cooperativa Beta. Desse modo, explica ele que “[...] as organizações apresentam sua natureza jurídica como uma instituição financeira não bancária, sendo uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada (...) e sem fins lucrativos”

(Costa, 2019, p. 56). Logo, nessas cooperativas, objetos da pesquisa, analisou-se que buscam desenvolver projetos de poupança, prestar auxílio e orientar os seus afiliados acerca do cooperativismo. A Cooperativa Alfa deu início as suas atividades por volta do ano de 1999, tendo como objetivo de ser uma associação financeira com uma assistência mais humana para com seus afiliados. Já a Cooperativa Beta, fundada em meados de 1996, busca “[...] garantir segurança financeira e bem-estar social aos seus associados” (2019, p. 58) com o propósito a proposta de juros pequenos e grandes as remunerações nas aplicações feitas.

O quarto capítulo foi dedicado a expor o tipo de pesquisa quanto à abordagem, qual seja, qualitativa. Conforme Costa, este tipo de abordagem: “[...] permite-se compreender o comportamento e os estados subjetivos dos sujeitos da pesquisa, partindo de um foco mais interpretativo e livre de adequações ao método científico” (2019, p. 60), ou seja, trata-se de uma abordagem mais expansiva, com apresentação de dados, de modo que é possível compreender melhor o estado das coisas. A pesquisa foi abordada também pelo método descritivo, processo pelo qual “[...] pretende-se descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade com exatidão” (Costa, 2019, p. 61).

No que diz respeito à unidade de análise e sujeitos da pesquisa, pôde-se constatar que os critérios utilizados pelo autor foram focados em colaboradores envolvidos na gestão da cooperativa ou que detinham conhecimento sobre a atividade concedida pelo empreendimento, de modo que foram escolhidos de 8 a 15 indivíduos, pois “[...] os dados obtidos passam a apresentar certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados” (Costa, 2019, p. 63). No que se refere as técnicas de coleta de dados, foi através de questionários, que se obteve o posicionamento e pensamento do entrevistado extraído da coleta de dados, o objeto da pesquisa, isto é, com o intento de “por meio de entrevistas, com o objetivo de identificar o conflito de agência existente nas cooperativas pesquisadas” (Costa, 2019, p. 63). Tal como afirma Costa, verifica-se das técnicas de análise de dados que, quando obtidos, estes dados devem ter correlação entre o que se pretende alcançar com os objetivos tratados, ou seja, “[...] estabelecer uma compreensão dos dados coletados; confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado” (2019, p. 68), a partir daí se faz as deduções e justificativas lógicas.

No quinto e último capítulo da obra, é feita a apresentação e análise dos resultados das pesquisas feitas. Logo, tratando-se sobre a organização cooperativista, observou-se que na Cooperativa Alfa a estrutura da organização se encontra em satisfatórias condições. No que diz respeito à aprendizagem obteve-se como respostas que a cooperativa se preocupa e se empenha

nesse quesito, de modo que “[...] a promoção de ações efetivas de educação cooperativa e de fomento a novas lideranças é importante para que a cooperativa desenvolva ações sustentáveis” (Costa, 2019, p. 74). Já a Cooperativa Beta, em seus resultados, mostrou-se que é vista e considerada como uma organização firme, concreta, consistente, que atende as necessidades de seus afiliados. No que diz respeito à aprendizagem alcançou-se que a cooperativa incentiva seus programas e para isso se utiliza até mesmo de boletins informativos, assim “a cooperativista deve tomar um caráter geral e ser direcionada inclusive para o público em geral” (Costa, 2019, p. 75).

Conclui-se que, o desenvolvimento da atividade econômica é essencial para o êxito do país e, através de cooperativas que se dispõe, compromete-se para com seus funcionários e associados, não se espera nada além do que o sucesso, triunfo, prosperidade. E, mesmo que haja dificuldades e conflitos, com o auxílio da governança corporativa tudo se torna possível e alcançável, sendo o cooperativismo admitido pelos governos como uma forma de abrandamento para os problemas socioeconômicos, visto que é através das cooperativas financeiras que a coletividade de hipossuficientes tem acesso a recursos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20130%2C%20DE,16%20de%20dezembro%20de%201971>. Acesso em 18 dez. 2021.

COSTA, Edgard Gonçalves da. **Governança Corporativa em Cooperativas de Crédito Brasileiras**. Curitiba: Appris, 2019. 147 p.